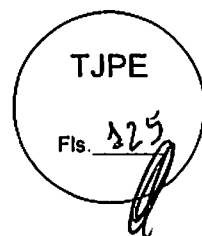




Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



014

2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 150048-7 - 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DO RECIFE

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES  
APELANTE: USINA PEDROSA  
APELADA: CIA EXCELSIOR DE SEGUROS

R  
5501

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE RESSARCIMENTO EM REGRESSÃO. INDENIZAÇÃO. SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE DEFEITO DE REPRESENTAÇÃO REJEITADA. ACOLHIMENTO DA DECLARAÇÃO DE CONCUBINATO DA BENEFICIÁRIA. COMPROVADO O INADIMPLEMENTO DO PRÊMIO. RESPONSABILIDADE IMPUTADA À APELANTE NÃO AFASTADA. CONDENAÇÃO. POSSIBILIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO APENAS PARA REDUÇÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS.

-Preliminar rejeitada em função da existência de procuração capaz de elidir qualquer defeito na representação judicial.

-No mérito, comprovada a relação de concubinato da beneficiária da indenização com a vítima, bem como constatado o inadimplemento do prêmio do seguro e o não afastamento da responsabilidade da empresa pelo acidente, cabível o direito de regresso pela Apelada.

-Recurso parcialmente provido, reduzindo-se o valor dos ônus sucumbenciais para 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

A C Ó R D ã O

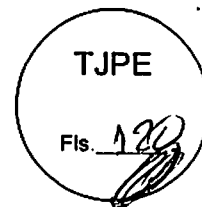
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, onde figuram como partes as acima nominadas, **ACORDAM** os Senhores Desembargadores integrantes deste órgão fracionário, em **REJEITAR A PRELIMINAR** de defeito de representação e ilegitimidade ativa, e no mérito, **DAR PROVIMENTO PARCIAL** ao recurso, de conformidade com o Termo de Julgamento e votos que integram o julgado.

Sala de Sessões, *22/10*

*ef. J. F. Saraiva*  
Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes  
Relator



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*



015

2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 150048-7 da 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES  
APELANTE: USINA PEDROSA S.A.  
APELADA: CIA EXCELSIOR DE SEGUROS

R E L A T Ó R I O

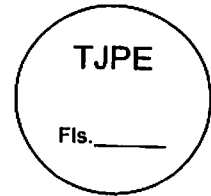
Trata-se de apelo interposto contra sentença (fls.78/83), em ação conduzida pelo procedimento sumário, que julgou procedente o pedido do autor e condenou a Apelante ao ressarcimento em regressão do valor despendido, referente ao pagamento de indenização de seguro DPVAT, acrescido de juros moratórios. Imputou ainda à Apelante o ônus de sucumbência, representado pelas custas processuais e verba patronal fixada em 15% (quinze por cento) do valor da condenação.

Em suas razões recursais (fls. 86/103) a Apelante alega, em preliminar, a falta de representação para processar nos autos da CIA EXCELSIOR DE SEGUROS, pois a exordial foi assinada por advogados outorgados pela FENASEG. Pugna pela nulidade do processo.

Suscita ainda o fato do pagamento realizado ter sido feito de forma equivocada à Sra. Maria do Carmo da Silva tendo em vista esta não ter provado, por meio de vasta documentação, a condição de dependente do de cujus, vítima do acidente gerador da indenização em comento, não podendo assim ter recebido o montante indenizatório.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Insiste ainda no efetivo adimplemento do prêmio, pois o pagamento realizado do licenciamento, com vencimento em 1995, teria cobertura até o próximo licenciamento, que ocorreria em 1996.

Para a Apelante "seguro é um tipo de contrato que se faz para evento futuro e incerto (sinistro), tem-se que seu pagamento é feito antecipadamente, ou seja, se paga para depois usufruir". Aduz que o ônus deve ficar a cargo da parte necessitada de comprovar os fatos relacionados com seu direito, sendo indiferente a sua posição no processo.

Contesta ainda, a sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios, pois, indevida a ação de ressarcimento, não há de se falar em honorários de sucumbência. Caso seja mantida a sentença, pede ao menos a minoração do percentual estabelecido para 10% (dez por cento). Por fim, requer a reforma da sentença.

É o relatório, no essencial.

Sendo o presente feito de natureza sumária, não há necessidade de encaminhamento à D. revisão<sup>1</sup>. Inclua-se em pauta.

Recife,

07.12.09

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator

<sup>1</sup> Conforme disposto no parágrafo único, Art. 75, do Regimento Interno deste TJPE.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. 226

017

2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 150048-7 da 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES  
APELANTE: USINA PEDROSA S.A.  
APELADA: CIA EXCELSIOR DE SEGUROS

V O T O

PRELIMINAR DE DEFEITO DE REPRESENTAÇÃO

Inicialmente, da análise dos autos, verifico não merecer guarida as razões da Apelante no tocante ao defeito de representação da CIA EXCELSIOR DE SEGUROS para processar nos autos e à ilegitimidade da FENASEG para propor a ação.

A simples leitura da documentação juntada à exordial é suficiente para elidir tal afirmação. Existe procuração (fls. 09/09v.) de autoria da Apelada outorgando poderes para a FENASEG reapresentá-la, objetivando o ressarcimento dos valores pagos a título de indenização de seguro DPVAT, prevendo, inclusive a constituição de advogados com poderes AD JUDICIA.

Além disso há procuração (fls. 10) da FENASEG habilitando e constituindo os advogados instauradores do processo para atuarem no mesmo como representantes legais da Apelada.

Inexiste qualquer defeito de representação na presente demanda, razão pela qual **REJEITO** a preliminar em exame.

É como voto.

Recife, 2009/10

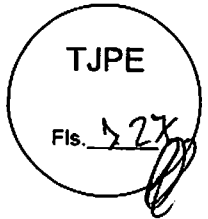
Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator

C



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



018

MÉRITO

Entendo não subsistir a alegação da Apelante sobre a ausência de provas concretas da relação de dependente ou de companheira da Sra. Maria do Carmo da Silva. Em seu Apelo destaca uma série de documentos os quais acredita que deveriam ter sido juntados ao processo para a devida comprovação desta relação.

Da leitura da documentação acostada na inicial verifica-se que a beneficiária juntou declaração de concubinato, devidamente assinada por duas testemunhas, informando ter vivido com a vítima do acidente por mais de 05 (cinco) anos e no mesmo endereço desta.

Diante da realidade apresentada, levando em consideração, inclusive, a pouca instrução da Sra. Maria do Carmo da Silva, entendo válida a declaração juntada aos autos. A documentação acostada é suficiente para atestar a relação capaz de gerar o direito ao recebimento da indenização do DPVAT.

O seguro DPVAT deve ser analisado à parte, principalmente por particularidades constantes em legislação específica. A lei 6.194/74, disciplinadora do seguro, modificada pela lei 8.441/92, prevê em seu artigo 7º o pagamento da parcela indenizatória mesmo não havendo a identificação do veículo causador do dano, ou inadimplente o seu proprietário em relação ao prêmio devido. Nesses casos, a indenização às vítimas deverá ser realizada por um consórcio constituído por todas as Sociedades Seguradoras operadoras deste seguro.

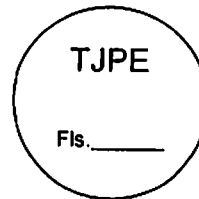
Neste sentido tem se manifestado o STJ, *in verbis*:

.....

Recurso especial. Ação de cobrança. Seguro obrigatório. DPVAT. Veículo causador do acidente identificado. 1. "Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização em virtude do seguro obrigatório, pouco importando que o veículo esteja a descoberto, eis que a



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



responsabilidade em tal caso decorre do próprio sistema legal de proteção, ainda que esteja o veículo identificado, tanto que a lei comanda que a seguradora que comprovar o pagamento da indenização pode haver do responsável o que efetivamente pagou" (REsp nº 68.146/SP, 3ª Turma, da minha relatoria, DJ de 17/08/98). 2. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 325.300/ES, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/03/2002, DJ 01/07/2002 p. 336).

.....

A Lei 6.194/74, no art. 7º, § 1º, prevê a possibilidade de ação regressiva da seguradora em relação ao proprietário do veículo. Eis a redação do dispositivo:

.....

Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um Consórcio constituído obrigatoriamente por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta Lei.

§ 1º O Consórcio de que trata este artigo poderá haver regressivamente do proprietário do veículo os valores que desembolsar, ficando o veículo, desde logo, como garantia da obrigação, ainda que vinculada a contrato de alienação fiduciária, reserva de domínio, "leasing" ou qualquer outro.

.....

Cumprindo ainda destacar o disciplinado no art. 5º, caput, da Lei 6.194/74, o qual não foi alterado pela Lei 8.441/92: "O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado".

O STJ tem decidido reiteradamente que a existência de seguro obrigatório não exime de responsabilidade civil o causador do dano<sup>2</sup>. Entretanto, quando demandado, o responsável pelo dano, deverá responder por culpa (responsabilidade subjetiva).

<sup>2</sup> Resp. 401.487-SP, 3ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrichi, j. 30.08.2003



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. 228

020

No caso de dano coberto pelo seguro DPVAT, como já demonstrado, o Consórcio de Seguradoras a que se refere a lei terá de arcar com a indenização independentemente do adimplemento por parte do segurado. Deste modo, trazer o causador do dano ao processo seria autêntica ação regressiva.

Demandar contra a seguradora exige apenas simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa. Caso o mesmo pedido fosse formulado contra o causador do dano, a culpa seria elemento imprescindível da causa de pedir.

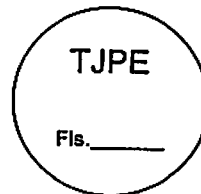
Quando se trata do seguro DPVAT, acredito que a legislação consagra a possibilidade da seguradora ver assegurada, no mesmo processo ou não, a ação de regresso prevista no art. 7º, §1º, da lei 6.194/74. A exceção de contrato não cumprido, conquanto aceitável, não serviria para eximir a seguradora da obrigação de indenizar a vítima, mas, para reaver do causador do dano, quando possível, a quantia desembolsada.

Constato, da simples análise do documento, que o pagamento efetuado em relação ao prêmio do seguro DPVAT (fls. 13) é referente ao exercício de 1995. Portanto, na época do acidente, a Apelante não estava em dia com o seguro. Desta forma, não sendo afastada a culpa desta em relação ao acidente, cabe à Seguradora, após o pagamento da indenização, o direito de regresso em relação ao responsável.

No caso em apreço, não houve, em nenhum momento, tentativa da Apelante no sentido de afastar a sua responsabilidade pelo acidente. Na exordial foi juntado boletim de ocorrência o qual comprova que o veículo envolvido no sinistro pertencia à empresa Apelante.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



021

Desta forma, não tendo impugnado, em momento oportuno, a imputação da responsabilidade pelo acidente, e estando inadimplente com o prêmio do seguro DPVAT na época do acidente, entendo não assistir razão à empresa ora Apelante.

Diante do exposto, **DOU PROVIMENTO PARCIAL** ao presente recurso, apenas para reduzir o percentual do ônus de sucumbência, representado pelas custas e honorários, para 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. No mais, mantenho a sentença em todos os seus termos.

É como voto.

Recife,

*2000*

*C. J. F. Saraiva de Moraes*

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator